



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Inclua-nos fora dessa

A maioria dos ministros que saíram do chamado Centrão pretende ficar fora das manifestações do Sete de Setembro. A ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, por exemplo, não deve comparecer, bem como o da Casa Civil, Ciro Nogueira, hoje os mais emblemáticos dessa categoria.

Protocolares e a distância

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu a seguinte mensagem dos militares da reserva: nem vem que não tem. Quanto aos da ativa, os que realmente importam aos petistas, a mensagem foi mais sutil. As Forças Armadas respeitam a Constituição, o resultado das urnas cumprem a lei. Simples assim.

A encrenca só aumenta

O senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) será chamado a dar uma ajuda para Ana Cristina Valle, a “madrasta 01”, mãe de Jair Renan. Os senadores apostam que dificilmente ela escapará de uma convocação na CPI da Covid para esclarecer as mensagens que a colocam como alguém que, a pedido do lobista Marconny Faria, teria usado influência no Planalto para tentar escolher o defensor-geral da União.

E por falar em CPI...

Os bolsonaristas ainda acreditam que dali não sairá nada capaz de colocá-los em xeque-mate. Mas têm avaliado que não dá para deixar tudo solto.

O que Bolsonaro espera do Sete de Setembro



Em conversas com alguns aliados, o presidente Jair Bolsonaro disse esperar que a manifestação de Sete de Setembro seja suficiente para levar o Supremo Tribunal Federal a parar de prender seus aliados por expressarem uma opinião crítica aos ministros da Corte. De quebra, deseja, ainda, que as ruas cheias levem os congressistas a um apoio mais firme ao governo. A expectativa dos governistas é a de que, se for uma manifestação pacífica, ainda com faixas e cartazes críticos aos ministros do STF, esse objetivo será cumprido.

» » »

Os mais próximos ao presidente têm certeza de que qualquer baderna ou invasão a prédio público será prejudicial a Bolsonaro neste momento. A ideia que prevalece dentro do governo é reunir no Sete de Setembro “os convertidos de forma pacífica para mostrar aos não convertidos” que o presidente tem força para continuar sendo o melhor nome contra o PT em 2022.

CURTIDAS

Propaganda às avessas/ O Nordeste é realmente um terreno hostil para Bolsonaro. Desde que foi anunciada, para hoje, a “motociata pernambucana” do presidente, um carro de som circula por Santa Cruz do Capiberibe dizendo: “É dia de demonstrar alienação política. Participe da motociata do presidente Bolsonaro, comemore os feitos do governo Bolsonaro: gasolina, R\$ 7. Gás de cozinha, R\$ 100, 580 mil mortes por covid...” — e por aí vai.

Melhor já ir se acostumando/ Os organizadores do Cpac Brasil, como o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), avisam que essas reuniões vieram para ficar. Seja num auditório cheio, como desta vez, com o presidente Jair Bolsonaro no poder, seja num local mais modesto. É a forma de fortalecer o braço institucional de forças políticas de direita.

Nelson Almeida/AFP - 25/1/21



Nada é eterno/ Os conservadores, aliás, querem aproveitar esse ciclo. Quem esteve ontem no evento lembrava das festas de confraternização e reuniões do PSDB dos tempos em que Fernando Henrique Cardoso (foto) era presidente da República. Sempre cheias. Depois de deixar o governo, as confraternizações eram em salas bem mais modestas.

Faltou protocolo sanitário/ No Cpac, a maioria dos presentes sentados nas primeiras fileiras evitou o uso de máscaras. O vírus, porém, continua por aí. Cuide-se e aproveite seu fim de semana.

STF analisa ação no dia 8

CÓDIGO ELEITORAL / Mandado pede que texto siga tramitação tradicional para que seja mais debatido. Lira rebate: questão está madura, e assunto não é do Judiciário

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), enviou ofício ao Supremo Tribunal Federal (STF) se manifestando contra o mandado de segurança em que quatro deputados e dois senadores tentam barrar a tramitação do Código Eleitoral na Casa Legislativa. O parlamentar argumentou que a questão era “evidentemente interna corporis” — ou seja, que deveria ser resolvida internamente —, apontando ainda que o Plenário entendeu que o projeto já estava maduro o suficiente para votação.

Em despacho dado ontem, o ministro Dias Toffoli, relator do caso no STF, pediu ao presidente da Corte, Luiz Fux, que convoque sessão plenária virtual extraordinária para julgar o processo, sugerindo que a análise do caso em sessão com início e término no mesmo dia, na próxima quarta-feira. O pedido foi aceito por Fux.

No mandado de segurança impetrado no STF, os deputados Adriana Ventura (Novo-SP), Tiago Mitraud (Novo-MG), Vinícius Poit (Novo-SP), Felipe Rigoni (sem partido-ES) e os senadores Alvaro Dias (Podemos-PR) e Styvenson Valentin (Podemos-RN) questionam um requerimento de urgência ao texto aprovado pela Casa na última terça-feira, o que dá prioridade à matéria e pode colocá-la em votação a qualquer momento.

Os parlamentares querem anular essa votação e exigir a criação de uma comissão especial para debater a proposta, que prevê uma quarentena de cinco anos para que militares, policiais, juízes e promotores possam concorrer às eleições. O argumento é o de que, por se tratar de um

código, ou seja, uma legislação complexa, o regimento da Casa não permite a urgência e obriga que o texto passe pelo crivo de uma comissão especial, seguindo um rito mais tradicional.

No ofício enviado a Toffoli, Lira argumentou que o projeto em tramitação na Câmara não seria um projeto de código, mas uma “reunião de dispositivos legais sobre direito eleito-

ral e partidário”. Com base em tal argumento, o presidente da Casa sustenta que não havia impedimento para que o requerimento de urgência fosse admitido pela Mesa Diretora e deliberado junto ao Plenário.

Procuradores e promotores já questionaram a proposta de novo Código Eleitoral, apontando 18 retrocessos que a proposta implica no âmbito do combate à

corrupção nas eleições brasileiras. De acordo com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, alguns dispositivos do projeto relatado pela deputada Margarete Coelho (PP-PI) “abrem espaço para práticas que já estavam abolidas do processo eleitoral e colocam em risco a democracia brasileira”, entre elas a possibilidade de candidatos “ficha-suja” serem eleitos.

Michel Jesus/Camara dos Deputados



Novo Código Eleitoral: Supremo pode impor derrota à pressa de Lira

DIA 8

PELÍCULAS DE VIDRO POR APENAS

R\$ 1,00

SOMENTE DIA 06/09

APENAS UNIDADE CONJUNTO NACIONAL
2º piso

Tech Masters

@techmastersapple

*promoção sujeita a disponibilidade de estoque
*válido apenas para películas de vidro comuns
*apenas uma película por CPF